

Resumo: São apresentados e analisados os resultados de um estudo sobre a evolução das significações nas trajetórias de consumidores de drogas e *trajetórias droga-crime*, completando as informações e análises iniciadas em texto anterior. Procede-se, na sequência, à discussão das suas implicações para a intervenção psicológica junto de toxicodependentes, analisando-se quer a influência das significações e da organização narrativa de sentidos na orientação da acção do sujeito, quer o papel das significações no contexto da psicoterapia. São referidas, a este nível, as abordagens construtivistas e do construcionismo social, assim como as teorias da auto-organização, mais especificamente a *teoria do sujeito autopoietico*. Destaca-se a utilidade das terapias narrativas e do *método do biograma*.

Palavras-chave: Significações; Narrativas; Intervenção psicológica; Auto-organização; Auto-hetero-determinação; Posições de significação transgressiva; Trajetórias; Consumo de drogas; Relações droga-crime.

Résumé: Les résultats d'une étude sur l'évolution des significations dans les trajectoires d'usagers de drogues et *trajectoires drogue-crime* sont présentés et analysés, en complément aux informations et analyses initiés dans un article déjà paru. En conséquence, on a procédé à la discussion de ses implications dans l'intervention psychologique, auprès des toxicomanes, par l'analyse soit de l'influence des significations et de l'organisations des récits de sens concernant l'orientation du sujet, soit le rôle des significations dans le cadre de la psychothérapie. Sont mentionnées les approches constructivistes et du constructionnisme social, mais aussi les théories d'auto-organisation, en particulier celle du *sujet auto-poïétique*. On souligne l'intérêt des thérapies narratives et de la *méthode du biogramme*.

Mots clé: Significations; Recites; Intervention Psychologique; Auto-organisation; Auto-hetero-determination; Positions de signification transgressive; Trajectoires; Usage de drogues; Relations drogue-crime.

Abstract: The results of a study about the evolution of meanings in the trajectory of drug addicts and *drug-crime trajectories* are presented and analysed, completing the information and analysis started in a previous paper. Furthermore, there is a discussion of their implications for the psychological intervention with drug addicts, analysing both the influence of meanings and narrative organisation of senses in the orientation of the actions of the individuals, and the role of meanings within the context of psychotherapy. At this level the constructivistic and social constructionism approaches are mentioned, as well as the self-organisation theories, more specifically the *autopoietic subject theory*. The usefulness of the narrative therapies and the *biogramme method* is stressed.

Keywords: Meanings; Narratives; Psychological; Intervention; Self-organisation; Self-hetero-determination; Transgressive meaning positions; Trajectories; Drug use; Drug-crime relations.

Evolução das significações em trajetórias de droga-crime (II): Novos sentidos para a intervenção psicológica com toxicodependentes?

Celina Manita

Introdução

Apresentámos, em texto anterior (Manita, 2000), os resultados de um conjunto de estudos sobre a evolução das determinações e das significações (e sua organização em posições de significação transgressiva) em trajetórias de indivíduos simultaneamente consumidores de drogas e criminosos, aí designadas *trajetórias de droga-crime*. Propomos-nos, no presente texto, completar os resultados já apresentados, proceder à sua integração sumária e, sobretudo, analisar as suas implicações para a intervenção psicológica junto de toxicodependentes, discutindo-as no contexto das mais recentes propostas no domínio da psicoterapia.

Para tal, faremos uma (necessariamente muito) breve incursão nos domínios do construtivismo, do construcionismo social e das teorias da narratividade, veremos como os resultados obtidos no nosso estudo se podem enquadrar nesta linha de compreensão e de intervenção sobre os fenómenos e reflectiremos sobre a sua aplicabilidade concreta no domínio da toxicodependência. Destacaremos, neste último ponto, o modelo teórico que nos orienta - a teoria do sujeito autopoietico⁽¹⁾, de C. Agra (Agra, 1986, 1990, 1991; Manita, 1998, 2000) - e, sobretudo, aquele que vem sendo o instrumento biográfico multipotencial que mais temos utilizado no contexto da investigação e da intervenção em diferentes domínios (toxicodependência, delinquência juvenil, intervenção com vítimas e com agressores, entre outros): o *biograma*.

1. Enquadramento teórico

Como tivemos oportunidade de referir em artigo anterior (Manita, 2000), diferentes autores e correntes teóricas no domínio da Psicologia têm vindo a defender, nas últimas duas décadas, que a maioria dos nossos processos psicológicos complexos (perceptivos, cognitivos, emocionais,

interpessoais, ...) se organizam e operam de forma narrativa (Sarbin, 1986a,b; Bruner, 1986, 1990; Polkinghorne, 1988; Gergen & Gergen, 1986, 1988; Gergen, 1994). Estes autores, quer se situem no registo das leituras construtivistas, quer no das leituras do construcionismo social, quer no das teorias e terapias narrativas, destacam um elemento comum, a nosso ver fundamental: o papel central que desempenha a organização de significados e sentidos no funcionamento psicológico e no comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, na compreensão do ser humano e na intervenção psicológica. Operam, assim, uma ruptura fundamental com as visões mais tradicionais na psicologia, nomeadamente com aquelas que se centram na noção de "personalidade-conjunto de traços psicológicos"⁽²⁾ (e, conseqüentemente, de "personalidade toxico-maniáca" ou de "personalidade criminal"), abordagens de fundo positivista, fortemente deterministas e estruturalistas, que têm dominado a produção de conhecimento e a intervenção psicoterapêutica.

Noutro contexto (Manita, 1998), tivemos já oportunidade de proceder à análise crítica e à desconstrução dessa noção "tradicional" de personalidade e ao desenvolvimento de uma leitura alternativa do conceito, razão pela qual não iremos voltar a esta questão de momento. Iremos apenas referir aquilo que, nas actuais abordagens, sejam as construtivistas, sejam as do construcionismo social, sejam as narrativas, sejam as da auto-organização - e sem termos sequer a preocupação da sua definição exacta ou da sua distinção ou comparação minuciosa - se revela mais importante para o objectivo deste texto: a referência comum aos processos de "construção da realidade", a relevação das dimensões processuais⁽³⁾, a defesa da organização narrativa dos processos complexos do sistema psicológico individual, o papel central das significações e dos sentidos na organização e no devir das trajetórias de vida, o papel dos discursos e da(s) linguagem(s) na construção e gestão da(s) realidade(s). Sejam as realidades ditas normativas, sejam comportamentos ditos desviantes, como os usos de drogas e as toxicodependências, a prática de crimes ou as relações droga-crime. Muito resumida e simplificada, poderá considerar-se que, embora com raízes históricas no Interaccionismo Simbólico, no construtivismo Piagetiano, no construtivismo Foucaultiano e nas teorias do actor social, para além

de algumas teorias e domínios de análise discursiva, a abordagem narrativa emerge com os trabalhos de Sarbin (1986a), Bruner (1986, 1990), Mitchell (1981) ou Polkinghorne (1988), desenvolvendo-se ou adquirindo novos contornos, entre outros autores, com Harré (1995) e Shotter (1995). De um modo também ele simplificado, poderemos definir a psicologia narrativa como o estudo da forma como os seres humanos constroem, dão sentido e lidam com a experiência através das narrativas, isto é, elaborando, narrando, escutando e partilhando narrativas com os outros. Os defensores desta abordagem consideram que não há acção nem experiência humana sem sentido, e que as narrativas são precisamente o veículo privilegiado através do qual os indivíduos constroem e comunicam sentidos⁽⁴⁾.

Apesar de algumas diferenças na definição de narrativa proposta pelos diferentes autores (Sarbin, 1986a,b; Polkinghorne, 1988; Bruner, 1986, 1990; entre outros), todas elas acabam por convergir para a importância de alguns elementos centrais: a temporalidade⁽⁵⁾, aí englobada a sequencialidade própria da estruturação narrativa; a espacialidade e/ou a indissociabilidade da narrativa em relação ao contexto de ocorrência dos eventos relatados; a ligação estabelecida entre esses eventos ou a "totalidade" narrativa; a produção e partilha de significações e sentidos. Poderemos, para exemplificar, recorrer à definição de narrativa proposta por Polkinghorne (1988), para quem a narrativa é "uma estrutura de significado que organiza os acontecimentos e a acção humana numa totalidade, desse modo atribuindo significado às acções e acontecimentos individuais de acordo com o seu efeito na totalidade" (p. 18). Acrescenta ainda o autor que as "narrativas criam uma significação temporal através do uso de tramas que ligam os acontecimentos numa sequência ordenada, que é compreensível como episódio temporal total." (p. 79).

O construtivismo e o construcionismo social acabaram por encontrar no modelo narrativo e na noção de narrativa, não só um elemento conceptual alternativo para o estudo e compreensão do ser humano, como um instrumento fundamental para as suas propostas terapêuticas (White & Epston, 1990; Hermans & Hermans-Jansen, 1995; Neimeyer, 2000). Nomeadamente o desenvolvimento da ideia de que é através da linguagem que construímos intencionalmente a nossa experiência e que esta,

através da sua configuração narrativa, constitui simultaneamente o meio e o fim do processo terapêutico (White & Epston, 1990).

Cabe pois aos indivíduos a organização, a gestão integrada e a sequencialização significativa do fluxo constante e, frequentemente, caótico dos acontecimentos e experiências que vivem, organização essa que é de tipo narrativo e cumpre uma tarefa fundamental: a organização coerente da diversidade de experiências numa totalidade dotada de sentido para o sujeito e partilhável com os outros⁽⁶⁾. Somos por natureza seres criadores e narradores de histórias, histórias estas em permanente reorganização, actualização, reconstrução e co-construção, orientadas para e pelo sentido - o organizador central da nossa existência - e estruturadas em torno de temáticas centrais para o sujeito. Organizar narrativamente a experiência é, acima de tudo, conferir-lhe sentido, sentido esse que se desenrola ao longo da trajetória existencial, inevitavelmente repleta de experiências diversificadas, como é característico dos seres humanos⁽⁷⁾.

Desta forma, a organização narrativa permite a aproximação à realidade, a sua construção e gestão mas, simultaneamente, possibilita um afastamento ou recuo crítico face a ela, permite a liberdade, a auto-determinação e a auto-organização do sujeito, na medida em que, tendo múltiplas potencialidades de organização e reorganização da existência, das vivências e das experiências do sujeito, seus sentidos e significados, não o fixa deterministicamente a nenhuma realidade ou condição interna ou externa. Pelo contrário, revela-o actor social, sujeito autopoietico capaz de agir sobre as circunstâncias, de se criar a si próprio e de flexibilizar e adaptar a sua própria narrativa existencial (tal como defendem as teorias da auto-organização e da autopoiese).

A característica que melhor nos distinguirá dos outros seres vivos será, provavelmente, a capacidade de narrarmos os dramas da nossa existência e de, a partir destes, construirmos novas formas de significação e de compreensão, com efeitos sobre o próprio devir dessa existência⁽⁸⁾. A narrativa e as significações detêm, assim, uma dimensão proactiva, transformadora e criadora da realidade que narram. "Stories live us", afirmam alguns dos autores desta linha. E nunca é apenas uma história mas múltiplas histórias com múltiplas potencialidades criadoras. A nossa identidade

ou, mais correctamente, as nossas identidades⁽⁹⁾ não são uma entidade em si, como se defendeu durante décadas - elas são processos em constante formação e transformação, construídas através da nossa experiência, através da nossa acção no e sobre o mundo e sobre nós próprios.

Anteriores às abordagens narrativas e apresentando com elas alguma complementaridade, também as teorias do actor social, inspiradas na obra de Touraine, se revelam fundamentais para uma reconceptualização da acção humana e da intervenção psicológica junto dos indivíduos. Elas veiculam essencialmente duas ideias: (a) a acção humana não é um produto de factores, internos ou externos, regidos por sistemas de causalidade linear; (b) o indivíduo não é um ser passivo - é sujeito activo, pólo interpretador e actuante, com um ponto de vista particular que altera a forma como vê e age sobre a realidade, produto e produtor de significados e das acções que, com base neles, implementa (Debuyst, 1990; Digneffe, 1990; Touraine, 1984). Recuperando os princípios básicos do Interaccionismo Simbólico, a noção de actor social destaca o papel fundador e construtor da interacção, da auto-interacção e da interpretação, considerando que o significado é um produto social: "o significado que uma coisa encerra para uma pessoa é o resultado das distintas formas pelas quais as outras pessoas actuam relativamente a ela e com respeito a essas coisas" (Blumer, 1969). À luz desta teoria, podemos conceptualizar um dado estilo de vida (por exemplo, o do consumidor "recreativo", o do consumidor "subcultural", o do "junkie de rua") como uma forma do indivíduo dar expressão ou conteúdo formal ao sentido que orienta a sua existência, na relação com os outros e com a reacção que os outros têm relativamente a si; uma forma de dar expressão à sua posição social e à sua posição de significação existencial.

Finalmente, a teoria do sujeito autopoietico (TSA)⁽¹⁰⁾, partindo da noção de autopoiese e das teorias da auto-organização (Agra, 1986, 1990, 1991, 1997; Maturana e Varela, 1980, 1987; Atlan, 1979) conceptualiza o sujeito como sistema autopoietico, criador de si próprio, das suas realidades e do seu trajecto existencial, sistema complexo dotado da capacidade de mudança, de adaptação às exigências do meio, aos ruídos ou desorganizações, sistema criativo dotado da capacidade de se

transformar e de evoluir para construir de forma significativa uma posição existencial e um projecto de vida dotados de um sentido próprio. Uma construção que se joga na confluência de determinações e indeterminações, internas e externas, que afectam o sujeito, a sua evolução e experiência, mas que são também por ele agidas, (re)construídas, (auto-) organizadas, resultando num maior ou menor grau de hetero-auto-determinação de si e das suas acções (Manita, 1998, 2000).

Dito de outra forma, um sujeito capaz de se criar a si próprio e de dar um destino e um sentido aos determinismos e indeterminismos que sobre si actuam. O que não exclui a influência das dimensões biológicas, psicológicas, eco-sociais, da sociedade e da cultura em que se insere, das condições e sistema economico-político em que se integra, da posição social que ocupa, do género a que pertence, dos contextos em que vive, das relações que constrói, das experiências que constituem o seu vivido. Apenas enfatiza a sua capacidade de agir sobre essas determinações e de (re)criar activamente as condições que o afectam.

Da mesma forma, define-o como sistema que, mesmo que temporariamente afectado nas suas capacidades de auto-determinação e auto-organização (como acontece nas situações de toxicod dependência grave), pode bifurcar e/ou evoluir noutras direcções e complexificar-se, complexificando também os seus processos psicológicos, as suas acções, sentidos e posições existenciais. Processo que poderá ocorrer por acção espontânea do sujeito ou no contexto de uma intervenção psicoterapêutica, nomeadamente naquelas em que se produz um jogo de co-(re)construção e de recriação de narrativas experienciais e existenciais, seus sentidos, identidades e autorias.

2. Breve síntese dos resultados da investigação sobre significações do uso de drogas

Através da recolha de narrativas breves, numa amostra de 334 sujeitos, divididos em três subgrupos: *toxicod dependentes* sem historial de crime, *criminosos* sem consumos de drogas e *toxicod dependentes-delinquentes*, estudámos as significações e as determinações associadas aos usos de drogas, à criminalidade e à relação entre os dois com-

portamentos, bem como as posições de significação dominantes nestes sujeitos. Como oportunamente referimos (Manita, 1998, 2000; Manita, Negreiros e Agra, 1997), as significações associadas ao consumo de drogas eram mais diversificadas e complexas do que as que emergiam para o crime e, sobretudo, para a relação droga-crime, estas últimas muito limitadas à questão do "praticar crimes para sustentar consumos dispendiosos de drogas".

Também de forma distinta do que se verificou para os comportamentos criminais, a iniciação nos consumos de drogas foi, de forma preponderante, auto-determinada pelos sujeitos, determinada por uma vontade de construir ou *exercer saber e poder sobre si*, sendo muito reduzida a percentagem de indivíduos em que ela tenha sido hetero-determinada ou orientada por significados e sentidos elementaristas. Porém, se analisarmos, não o início, mas a manutenção desses consumos, estes dados sofrem uma alteração, no sentido da progressiva hetero-determinação, a qual resulta, segundo os indivíduos, da evolução dos consumos para situações de dependência das drogas consumidas. Ou seja, quando deixa de ser a experiência de si, a descoberta, a aventura, o *saber sobre si e sobre os seus actos* a dominar a lógica dos consumos, e passa a ser a necessidade de suprir os estados de carência de droga, o sujeito parece perder (pelo menos temporariamente) a capacidade de auto-determinação dos seus actos e tende a reduzir drasticamente a complexidade das significações a eles associadas (Manita, 2000)⁽¹¹⁾.

Aqueles que desenvolveram o que em anterior artigo designamos de *trajetória de droga-crime hetero-determinada para ambos os comportamentos*, constituem um grupo de sujeitos que bloquearam os seus processos e capacidade de autopoiese e a auto-determinação das suas acções, por influência de uma substância aparentemente capaz de dissolver a capacidade de gestão e de integração pessoal dos actos, bem como de reduzir as significações e lógicas desses actos à substantividade de um "imperativo químico", desprovido de significações outras (cf. Manita, 1998, 2000; Manita, Negreiros e Agra, 1997).

É importante referir, por outro lado, que a percentagem de indivíduos que justificam a manutenção dos consumos como sendo uma acção que se situa no ponto máximo da auto-determinação⁽¹²⁾ é superior à dos que a indicavam como tal na fase inicial dos seus consumos. Este dado

aponta para a existência de um processo de aprendizagem de uma gestão autónoma e auto-determinada da relação com as drogas consumidas, por parte de alguns indivíduos, em determinadas trajetórias de consumo. Este facto é suficientemente significativo para justificar (e exigir) um estudo mais aprofundado sobre os diferentes tipos ou modalidades de gestão pessoal dos usos de drogas, quer em indivíduos com comportamentos criminais associados, quer em indivíduos sem comportamentos criminais associados.

Da mesma forma, apela a diferentes tipos de intervenção terapêutica, em função dos níveis de gestão, auto-determinação e auto-organização e dos planos de significação em que o consumo de cada indivíduo se situa. Sem esquecer que, para alguns consumidores, as drogas operam como instrumentos de acção voluntária e intencionalizada sobre si e sobre o mundo, como meios para agirem sobre as suas vivências e experiências, sobre as suas condições de existência, dispensando qualquer tipo de intervenção terapêutica.

Para melhor esclarecer estas posições do sujeito e os sentidos das drogas, estudámos também aquilo que, à luz da Teoria do Sujeito Autopoietico, é designado por Posição de Significação Transgressiva. Recordemos que uma posição de significação existencial (transgressiva ou não, situada num dado plano de significação) traduz uma forma de manifestação de si e um modo de apreensão do real e de postura no mundo/na relação com os outros; isto é, constitui uma unidade de significação no mundo, através do jogo das interacções complexas atrás referidas e da concretização das *possibilidades de ser*.

Ao nível das Posições de Significação Transgressiva (PST) dos sujeitos da nossa amostra (Manita, 2000), verificámos que, associadas à prática de crimes, encontrávamos, quase sempre, PST *substantivas*⁽¹³⁾, ou *solitárias* com *elementos de substantividade* associados, enquanto que, no caso dos consumos de drogas, as PST eram predominantemente *solitárias*. Estes dados vieram reforçar a ideia já anteriormente desenvolvida (Manita, 1997, 1998, 2000; Manita, Negreiros e Agra, 1997) de que existirão processos e factores diversos subjacentes às "decisões" de enveredar pela carreira criminal ou pelo consumo de drogas.

Paralelamente, verifica-se um elevado nível de associação entre dimensões ou níveis de diferentes PST, aquilo que

designámos já (Manita, 1998) *posições compósitas*. Isto é, frequentemente os indivíduos apresentam elementos que permitem situá-los em mais do que uma PST, embora uma delas seja dominante. O facto de surgirem tão frequentemente combinações de planos de significação, reforça também a inferência de que existem redes ou tramas de diferentes processos subjacentes a diferentes trajetórias de consumo de drogas e a diferentes *trajetórias de droga-crime*, o que vem sublinhar ainda mais a necessidade de diversificar as estratégias de intervenção a desenvolver com os diferentes grupos de sujeitos⁽¹⁴⁾.

Para ilustrar o que temos vindo a referir teoricamente⁽¹⁵⁾, é frequente, por exemplo, a associação da determinação normativa do grupo ou do determinismo social/grupal, ao determinismo de uma substância psicoactiva da qual o sujeito se tornou dependente, dando origem a uma das possibilidades classificativas de *posição compósita solidária-substantiva*. Esse será o caso do jovem que se associou a um grupo "da zona", especializado em furtos por esticção, e que iniciou os seus consumos de heroína em paralelo com a integração nesse grupo, porque "no grupo todos esticavam e todos consumiam". O mesmo jovem que, tornando-se dependente da heroína, acaba por se sentir compelido ao furto, já não só pelo efeito de pressão ou adesão à norma comportamental do grupo, mas pela própria necessidade individual de suprir estados de carência definidos como insuportáveis e incontroláveis, deixando-o "fora de si" (e do próprio grupo, frequentemente...). Com maior frequência ainda encontrámos a "situação inversa": p.e., uma "determinação química" dos actos que leva o indivíduo, por necessidade de sustentar os seus consumos, a integrar-se num grupo de consumidores-trafficantes no seio do qual é crucial actuar em conformidade com as regras dominantes, sendo que o grupo e a sua normatividade passam a ter uma importante função instrumental de suporte quer dos comportamentos e sentidos do indivíduo, quer dos seus consumos. Esta é uma PST classificável como *substantiva-solidária*.

Quando o indivíduo é orientado, na sua relação com o mundo/os outros, por um plano essencialmente lógico e dobrado de sentido, mas em que actua também uma vertente de determinação ontológica/fatalista da acção, revela uma posição classificável como *solitária-substantiva*. Será o caso do indivíduo que reconhece que possui

"competências técnicas especiais" para realizar um tipo particular de delito, gosta de o fazer e usufrui de elevados proveitos com ele, sem ter de trabalhar em actividades rotineiras e pouco compensadoras, a seu ver. No entanto, tendo começado a consumir heroína regularmente e, sentindo-se dependente dessa substância, começa a praticar tais actos mais frequente e impensadamente, por vezes sem estar nas "condições psicofisiológicas" adequadas para essa acção, expondo-se, dessa forma, a riscos desnecessários. E fá-lo "apenas" porque passou a sentir uma necessidade premente de suprir as carências da substância, premência essa que coarta a dimensão *solitária* do seu *saber-fazer criminal* e lhe introduz uma dimensão de impensado e não intencionalizado, fortemente *substantiva*. Esta é também uma PST frequente na nossa amostra, mais no grupo dos criminosos com consumos de drogas, não tanto no dos *toxicodependentes* com actividades criminais associadas.

O "funcionamento inverso" caracterizará uma posição *substantiva-solitária* (i.e., de dominante fatalista e ontológica, mas na qual emerge um esboço de plano lógico, intencionalizado), como no caso do jovem que reincide sistematicamente no assalto a residências, sem saber sequer explicar porquê, referindo apenas um impulso irresistível para o fazer, mesmo que muitas vezes nem chegue a retirar desse acto qualquer proveito económico. Uma espécie de compulsão psicológica para o acto, aliada a uma situação social precária, alcoolismo parental, ausência das condições mínimas de sobrevivência e ao consumo de "Rohypnol - comprimido ladrão", que o leva a praticar actos dos quais nem sempre tem "consciência". Mas que, progressivamente, começa a entrever nesses actos delituosos (pelo menos nos bem sucedidos) a possibilidade de construção de uma *carreira criminal* que lhe permita, um dia, se a souber gerir ("mantendo-a para além da droga"), ter uma vida melhor e, na sequência dessa constatação, se envolve num *projecto auto-determinado de conquista de um dado saber (-fazer) sobre o seu acto delinquente*⁽¹⁶⁾. Esta é uma PST bem menos frequente estatisticamente, mas com elevado valor heurístico para a compreensão dos processos que sustentam as diferentes *trajetórias de droga-crime*.

A acentuação de posições não compósitas ao longo do percurso de consumo de drogas (um dado que se verifica

também para as carreiras criminais), leva-nos a colocar a hipótese de que os sujeitos tendem a definir PST organizadas de forma mais coerente ou consistente ao longo das suas trajetórias de vida, mesmo que essa singularização seja feita à custa de uma perda de complexidade e da deslocação para níveis inferiores de auto-organização e auto-determinação. Também estes dados, a confirmarem-se em estudos futuros, apontarão a necessidade de uma intervenção que promova, de forma progressiva mas continuada, a complexificação do(s) sistema(s) do sujeito e das suas significações, como via óptima para a promoção de trajetórias alternativas.

Em síntese, quando no nosso estudo procedemos a uma análise integrada dos dados relativos às determinações, às significações e às posições de significação transgressiva, através de uma Análise Factorial de Correspondências Múltiplas (Manita, Negreiros e Agra, 1997; Manita, 1998), emergiram diferentes "perfis" de consumo de drogas, diferentes "perfis" de criminalidade e diferentes "perfis" de relação droga-crime (ou de não-relação), correspondendo, cada um deles, a diferentes subgrupos de sujeitos, que evoluíram segundo trajetórias distintas, caracterizadas, também elas, por diferentes agrupamentos de processos e sentidos (para uma informação mais pormenorizada sobre estes "perfis", cf. Manita, Negreiros e Agra, 1997).

Foi sobretudo neste ponto do estudo que se destacaram as significações e os sentidos como variáveis mediadoras da relação do indivíduo consigo próprio, com a sua acção e com os outros/o meio, o que leva a que indivíduos com comportamentos aparentemente ou "exteriormente similares", tenham no fundo PST diversas, quando não opostas, e, com a mediação dos significados associados, evoluam segundo trajetórias distintas. A variabilidade encontrada poderá, também ela, ajudar-nos a compreender melhor as modalidades possíveis de relação entre o uso de drogas e a prática de crimes, mas, acima de tudo, ajudar-nos a conhecer melhor o papel mediador exercido pelas significações e pelos processos de determinação das acções ao longo das suas carreiras criminais e/ou de consumos de drogas.

Tendo em conta, como referimos já, que a droga se revela uma "poderosa substância paradoxal" (Manita, 2000), capaz de enriquecer o espectro experiencial do sujeito que a souber gerir, mas capaz também de estilizar o sentido da

acção (e da transgressão), a partir do momento em que o sujeito deixa "dissolver" a sua capacidade de auto-determinação na hetero-determinação química da dependência. Ou, se quisermos, que pode ocorrer aquilo a que C. da Agra chamou já o "jogo trágico" do consumidor (especialmente o consumidor de heroína, segundo os resultados dos estudos empíricos) que começa como um jogo de experiência e de construção de *si-outro*, como um acto de procura criadora e de invenção de si (autopoiese) e acaba em jogo trágico, no qual a substância se "apodera" do sujeito, do seu sistema pessoal, criando obstáculos à sua auto-determinação e autopoiese. A droga torna-se aí estilo de vida; mas um estilo de vida rigidificado, que se organiza apenas em torno da substância, diminuindo drasticamente as capacidades auto-organizadoras e auto-criadoras do sujeito.

3. O papel central das significações e sentidos na organização da acção. Implicações e (novos) sentidos para a intervenção na toxicodependência

Acabamos de constatar que os estudos empíricos por nós realizados, à semelhança de algumas das propostas teóricas mais recentes, revelaram que as determinações e as significações funcionam como variáveis mediadoras da relação do indivíduo com a sua acção (com a acção em geral e com o consumo de drogas em particular) e da relação do indivíduo com o mundo. Em articulação com determinados processos de auto-organização psicológica (Manita, 1996, 1997, 1998), elas darão origem a diferentes trajectórias transgressivas e a diferentes posições de significação existencial e transgressiva, narrativamente organizadas.

Assim, narrativa e sentido passam a ser, para nós, conceitos indispensáveis na compreensão da toxicodependência. Paralelamente, situamo-nos face a trajectórias (ou a mudanças verificadas em diferentes momentos ou posições da sucessão biográfica), pelo que apenas uma abordagem de tipo processual poderá, a nosso ver, dar conta da integração dos consumos de drogas no contexto da história de vida do sujeito permitindo-nos aceder a uma mais completa compreensão do seu sentido e do impacto que exerce na orientação dos rumos de vida desse sujeito⁽¹⁷⁾.

Paralelamente, verifica-se que o papel mediador dos sentidos e das significações, no processo de construção e evolução da trajectória de consumo, não tem importância apenas ao nível da compreensão do fenómeno, mas se revela também crucial para a definição das modalidades de intervenção mais adequadas ao fenómeno droga. Isto, quer ao nível da prevenção⁽¹⁸⁾, quer ao nível da redução dos riscos, quer ao nível da psicoterapia - aquela que nos interessa neste texto -, e até da reinserção.

Uma intervenção que terá de ter em conta, inevitavelmente, os diferentes factores ou determinantes que agem sobre o sujeito ao longo da sua história de vida (individuais, grupais, familiares, sociais, economico-culturais, eco-sociais, jurídicos, ...), as motivações que sustentam a continuidade do consumo, a forma como vivenciou e organizou todos estes factores e processos de forma significativa, o sentido que o sujeito foi atribuindo aos seus consumos e à sua trajectória de vida. Neste contexto, a atenção, no registo terapêutico, ao plano de significação em que o indivíduo se situa - o que implica, entre outros aspectos, a consideração pelo seu sistema de personalidade, pelo plano de significação que orienta a sua acção e pelo nível de integração e complexidade do seu sistema de significações (cf. Manita, 1998, 2000) - pode ser um factor determinante para o sucesso da intervenção.

As terapias narrativas (White & Epston, 1990; Freeman, Epston & Lobovits, 1997; Freeman & Combs, 1996; Gonçalves & Henriques, 2000) aplicadas no quadro da TSA e das teorias da auto-organização e autopoiese, parecem-nos constituir um bom ponto de partida para o desenvolvimento de modalidades de intervenção na(s) toxicodependência(s) potencialmente mais eficazes.

São ainda escassos os exemplos de aplicação destas abordagens ao caso concreto da toxicodependência (e dos comportamentos desviantes em geral ⁽¹⁹⁾) e algumas das propostas mais coerentes que encontramos, apesar de partirem de pontos comuns às terapias narrativas, não os levam "às últimas consequências". É o caso da proposta de intervenção "focalizada nas soluções" de Berg & Reuss (1998) que tenta, ao contrário do que é habitual, centrar-se não nos problemas e dificuldades do toxicodependente (e do alcoólico), mas nos momentos e situações em que ele foi capaz de agir para além da droga, encontrar soluções alternativas, gerir a sua vida, reduzir ou eliminar -

mesmo que temporariamente - os consumos. Trata-se de uma intervenção "passo a passo", claramente inspirada na noção de "resultados únicos" de White & Epston (1990). A terapia narrativa destes autores visa, em termos muito sintéticos, o processo de re-autoria de narrativas alternativas, multipotenciais, através da transformação ou eliminação das narrativas saturadas do problema, recorrendo aos processos de externalização, identificação e apropriação dos "resultados únicos" ou "excepcionais".

Na realidade, o núcleo de sentido a partir do qual os indivíduos orientam a sua acção e definem diferentes estilos de vida e diferentes trajetórias existenciais não é uma mera abstracção assente nas interpretações que ele faz da sua experiência pessoal e das inter-relações com os outros. É também uma organização com fortes implicações concretas, práticas, no seu quotidiano e na vida em geral, consequências que se revelam essencialmente ao nível de como esse sujeito escolhe agir. Ou seja, os sentidos e significados são produtos sociais decisivos para a forma de agir dos indivíduos. Assim, compreender as razões que levam um dado sujeito a escolher um dado rumo de vida implica compreender também as condições e convenções sociais e as condições eco-sociais em que essas razões, motivações, sentidos, narrativas emergiram, se tornaram possíveis e adquiriram sentido.

De facto, as narrativas que construímos e contamos acerca de nós e da nossa experiência de vida não determinam o que somos, pensamos, fazemos ou sentimos; mas também não deixam de exercer uma forte influência sobre todos esses processos, sobre quem somos, sobre a nossa posição no mundo. Dito de outra forma, existe uma espécie de "história ou narrativa dominante" no seio das sucessivas histórias que vamos construindo e reconstruindo sobre nós e, quando essa narrativa central se organiza em torno de uma condição negativa, de um rótulo social estigmatizante, de um modo de vida disfuncional (como é o caso do rótulo/estilo de vida *toxicod dependente*), pode-se considerar que a narrativa central desse indivíduo é uma narrativa saturada de problemas e que, sendo assim, ela vai influenciar a orientação existencial do indivíduo nesse mesmo sentido negativo, disfuncional, consonante com o núcleo de significado da narrativa existencial problemática do sujeito.

À semelhança do que acontece noutros domínios, também

ao nível das toxicodependências as terapias narrativas se podem revelar fundamentais na abertura do sujeito toxicodependente a um espaço narrativo mais amplo e múltiplo, onde diferentes alternativas possam ser co-construídas e legitimadas socialmente, amplificando o seu sentimento e sentido de autoria e de controle sobre a vida, potenciando a sua autonomia, potenciando a transformação da sua posição existencial e experiencial dominante.

A droga, num dado momento da trajetória individual confere um sentido particular à vida do sujeito que, como vimos, pode ser um sentido potenciador de complexidade, de abertura experiencial, de capacidade de gestão de si, de promoção de saber e de poder de si sobre si, ou pode ser um sentido rigidificador e gerador de dependências múltiplas. A maior dificuldade reside, aparentemente, em manter uma capacidade de redefinição e actualização desse sentido existencial quando a dependência emerge como núcleo central organizador do sentido existencial do sujeito consumidor. Nessa altura, a droga acaba por ocupar o lugar central na acção e nos sentidos de vida desse sujeito, sobredeterminando-os.

Uma intervenção na toxicodependência terá, assim, que assentar na compreensão dessa organização/constelação de sentidos e significados do sujeito, na compreensão da leitura que ele faz do mundo e da sua relação com as drogas, mas também - e nem sempre isso é tido em conta - na compreensão e na co-autoria daquilo que é a experiência desse "novo mundo" que constitui, para o toxicod dependente, a situação de relação terapêutica.

3.1. O *biograma*: método de investigação e instrumento para a intervenção terapêutica

As narrativas são organizadores de sentidos. As biografias enquadram as narrativas e os comportamentos (comportamentos-problema, neste caso) no conjunto dos acontecimentos de vida do seu actor, ajudando-nos a compreendê-los de forma mais ampla e aprofundada e a detectar os seus sentidos. Dessa forma, as narrativas podem funcionar simultaneamente como modos de construção e de explicação das próprias trajetórias de vida. Neste enquadramento teórico destaca-se um instrumento que nos parece particularmente indicado para a intervenção psicológica, sobretudo para uma intervenção que

se pretenda narrativa e processual: o *biograma*, técnica⁽²⁰⁾ inicialmente desenvolvida por Agra e Matos (1997) para a investigação e hoje método amplamente utilizado na intervenção terapêutica em diferentes domínios, incluindo o da toxicod dependência⁽²¹⁾.

Trata-se, na sua origem, de "uma metodologia de reconstituição biográfica ou *método da biografia reconstruída*, que consiste na articulação entre dados *hetero-biográficos* (factos significativos do percurso existencial dos sujeitos, recolhidos e registados por outros) e os dados *auto-biográficos* (recolhidos através de entrevistas junto dos sujeitos). A biografia reconstruída (constituída pela hetero e auto-biografia) encontra a sua tradução gráfica no *biograma*, instrumento (...) que permite visualizar e articular, de forma clara e objectiva, o trajecto existencial individual a diferentes níveis" (Agra e Matos, 1997, p. 35).

Tendo sido desenvolvido pelos autores no contexto de um projecto de investigação sobre as relações droga-crime (idem), cedo o *biograma* demonstrou as suas múltiplas potencialidades. Quando aplicado à intervenção psicológica, ele permite-nos, simultaneamente, uma leitura teórica do comportamento e do funcionamento psicológico do indivíduo (a partir de um modelo conceptual, no nosso caso, a TSA, noutros casos, outras abordagens, nomeadamente construtivistas, construcionistas e narrativas) e o apoio à intervenção psicoterapêutica. Esta última, resulta essencialmente de um processo de reconstituição, análise e reconstrução pessoal da história de vida, tornada, pelo recurso à representação gráfica do *biograma*, facilmente captável nos seus momentos de continuidade e regularidade, assim como nos de ruptura, bifurcação, impasse, transição, reorganização.

De forma breve, funciona assim o método do *biograma*⁽²²⁾: numa primeira fase procede-se à recolha dos elementos biográficos fundamentais junto do sujeito (pode durar 3 ou mais sessões). Numa segunda fase é preenchida a grelha gráfica do *biograma*⁽²³⁾, a qual contempla, em cada linha horizontal, diferentes áreas de vida do sujeito (escola, profissão, saúde, família, relacionamentos afectivos, consumos de drogas, tratamentos, etc.) organizadas em sequência temporal e preenchidas de acordo com um sistema de cores e símbolos pré-definidos com o sujeito. Numa terceira fase o gráfico é apresentado ao sujeito⁽²⁴⁾ e é discutido com ele no sentido de se averiguar se aquele "mapa" representa de facto a sua trajectória de vida e os principais eventos que

a marcaram, procedendo-se às rectificações necessárias. Quando o indivíduo considera que ali está representado "o essencial" da sua vida, é-lhe solicitado que identifique as fases⁽²⁵⁾, períodos ou ciclos da sua vida (ou não identifique se, por ventura, considera que a sua vida foi um fluxo de "total continuidade", situação que até hoje ainda não nos aconteceu), passo que introduz já alguma diferença em relação à versão inicial do *biograma*, usado na investigação. Na generalidade, os sujeitos indicam 3 a 5 fases ou períodos diferentes (varia com a idade do sujeito) e, depois destes serem assinalados pelos próprios na folha do *biograma*, é-lhes pedido que os denominem, ou seja, lhes "dêem um nome" que traduza o essencial do que "foi" aquela fase das suas vidas. Este é, como facilmente se poderá imaginar, um dos momentos centrais de desocultação e trabalho dos sentidos que o sujeito atribui a cada momento ou ciclo fundamental da sua existência, da sua experiência de vida.

Para além disso, ao definir ciclos ou fases, o sujeito está também a dar-se conta da existência de determinadas regularidades no seio da diversidade e descontinuidade que caracteriza a sua experiência. E, como referimos no ponto 1, são esses conjuntos de regularidades que permitem a sequencialização e a organização temporal característica das narrativas. Ou seja, encontramos aqui outro ponto de relação e de integração entre este método e as abordagens narrativas, na toxicod dependência como noutras áreas de intervenção. Por último, esta capacidade de narrar a sua vida e de nela identificar ciclos ou fases - regularidades processuais e de sentido, no fundo - traduz a capacidade do indivíduo construir a sua realidade de uma dada forma, mas também a capacidade de a descobrir em leituras múltiplas, mais complexas e flexíveis. E esta é uma capacidade fundamental para a evolução e para a transformação da experiência vivida, logo, uma capacidade com evidentes implicações psicoterapêuticas.

Assim, e naquilo que constitui a penúltima fase de aplicação do *biograma*, são discutidos com o indivíduo quer os diferentes factos e processos por ele indicados na totalidade do *biograma* e/ou em cada uma dessas fases, quer as próprias fases/períodos que delimitou, quer os sentidos que lhes atribuiu. Esta fase do trabalho conjunto permite a evidenciação dos principais sentidos orientadores do sujeito, bem como da sua organização narrativa, e

torna mais visíveis ao sujeito as potencialidades experienciais alternativas e as diferentes organizações, temáticas e de sentido, que poderá construir e experienciar no futuro. Não será necessário destacar a relevância terapêutica destas "descobertas" enquanto elementos potenciadores de mudança⁽²⁶⁾.

Na última fase de aplicação do *biograma*, o próprio terapeuta elabora ou pede ao indivíduo que o faça, uma narrativa que sintetize aquela história de vida e seus sentidos dominantes, narrativa que poderá ser centrada apenas numa área problemática que esteja a ser intervida naquele momento (por exemplo, a trajetória de consumo de drogas) ou centrada na globalidade da história de vida do sujeito. Esta história será trabalhada em conjunto no decurso do processo terapêutico⁽²⁷⁾ e, a este nível, não há já grande paridade com a versão do *biograma* inicialmente utilizada pelos autores (Agra e Matos, 1997).

Ao permitir ao indivíduo visualizar o seu percurso existencial, aos diferentes níveis, "num todo" e "no fio do tempo", permitindo-lhe paralelamente trabalhar as dimensões processuais e de sentido, este método permite uma intervenção nos níveis centrais do sistema individual, nomeadamente do sistema psicológico e do sistema de acção do sujeito. Parece-nos, além disso, evidente a sua proximidade com as abordagens narrativas, pelo que o *biograma* poderá ser usado e lido à luz dessas concepções, nomeadamente no que diz respeito à questão da "autoria de narrativas alternativas", nos processos de externalização do problema e ao nível da identificação de "resultados únicos" ou "excepcionais", a serem trabalhados pelo sujeito⁽²⁸⁾.

Resumindo, o *biograma* - junto de toxicodependentes, como de outras populações - tem-se revelado um eficaz instrumento terapêutico, agindo quer como facilitador da comunicação e do estabelecimento de uma relação positiva, quer como estimulador dos processos de auto-organização psicológica do sujeito, através da reestruturação, reconfiguração e reinterpretção da sua vida, naquilo que a constitui de forma mais significativa: os sentidos, a organização narrativa, a temporalidade, a totalidade na diversidade, as continuidades e regularidades *versus* os pontos críticos, de ruptura, de descontinuidade, de bifurcação.

E, como se isso não fosse por si suficiente, o que se verifica ainda é a ocorrência de uma reconstrução significativa,

através da projecção da experiência numa representação que, sendo actual, opera na base de um passado reexperienciado no presente, auto-actualizado, e, nesse movimento, tornado futuro (a partir do momento em que activa novos processos de auto-organização e autopoiese do sujeito face à leitura do seu devir existencial)⁽²⁹⁾. Como diria Politzer (1929), o *biograma* permite-nos, afinal, operar a reorganização e a resignificação⁽³⁰⁾ da *dramática existencial* do sujeito, feita por aquela que é simultaneamente o autor e o actor desse acto singular de vida.

E, no domínio das toxicodependências, como em qualquer outro, este é o processo central da mudança. ■

Celina Manita
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
R. do Campo Alegre, 1055
4150 Porto

Notas

(1) Este sistema teórico e as operacionalizações e estudos empíricos que em torno dele se vêm desenvolvendo no Centro de Ciências do Comportamento Desviante da FPCEUP nos últimos 15 anos, deu origem a um *modelo multimodal de intervenção na toxicodependência*, actualmente em aplicação no atendimento a toxicodependentes, quer em regime ambulatório quer em comunidade terapêutica. Por questões de espaço não nos iremos debruçar aqui sobre este programa de intervenção, remetendo os interessados para a bibliografia publicada pelos investigadores do CCCD e para uma futura publicação da autora sobre o modelo.

(2) Na medida em que nos aproximamos das abordagens construtivistas ou do construcionismo social, partilhando a noção de que a realidade é construída e partilhada socialmente (para alguns autores, discursivamente construída e constrangida), não faz sentido continuar a definir estruturas de personalidade específicas de determinados grupos ou a organizar quadros nosográficos estáticos que nos permitam enquadrar o que alguns consideram as patologias caracterizadoras do toxicodependente (como aliás de nenhum outro tipo de sujeito ou de comportamento, funcional ou disfuncional). É necessário, como propõem Gonçalves & Gonçalves (1999), desenvolver um outro olhar que, em vez de situar "traços" dentro das pessoas, situe as pessoas na sua história de vida, ou, mais correctamente, e à luz da "conceptualização discursiva que nos permitam enquadrar o que alguns consideram a narrativa como um processo privilegiado de significação" (...) localiza as pessoas nas histórias que elas narram" (p. 123). Dessa forma o indivíduo deixa de ser cada vez menos "ele mesmo", em termos de traços, para passar a ser "mais dele", num estado de (auto) construção potencial (idem).

(3) O objecto da explicação processual é o encadeamento dos acontecimentos no decurso do tempo ou da trajetória do sistema (individual ou não), enfim, a sua história, sendo que um processo é um conjunto de mudanças de estado que se sucedem no tempo segundo uma dada regularidade.

(4) Para Sarbin (1986b) - que designa a psicologia narrativa como uma "storied nature of human conduct" - a noção de narrativa constitui a melhor metáfora para ultrapassar e substituir as velhas metáforas e concepções organicistas, mecanicistas e causalistas, que têm dominado a psicologia.

(5) A temporalidade é um elemento tão central que Gergen & Gergen (1986) definem três formas narrativas prototípicas em função do modo

como os acontecimentos narrados se relacionam no tempo: narrativa progressiva (há progresso em direcção a um dado objectivo), regressiva (há afastamento progressivo em relação ao objectivo desejado), e de estabilidade (os acontecimentos vão sendo relacionados de forma que o protagonista se vai mantendo estável em relação ao objectivo central).

(6) Para os construcionistas sociais a narrativa é intrinsecamente uma forma de construção social da experiência, dado que a sua própria organização/construção assenta em linguagens e códigos socialmente partilhados, socialmente convencionados, e sem esta dimensão social partilhada o indivíduo nem sequer poderia construir um sentido para si, para o mundo e para a sua experiência, na medida em que lhe faltaria o instrumento base da sua construção: os sentidos socialmente construídos e compartilhados. Ou, como salienta Gergen (1994), as narrativas do eu são processos sociais realizados no espaço pessoal. Parece-nos existir na maioria das leituras construcionistas um excessivo determinismo social das significações individuais, razão que nos leva a optar por uma visão intermédia que ressalta os processos de organização individual da experiência e dos sentidos, processos que, como o Interaccionismo Simbólico tão bem demonstrou, ocorrem em intrínseca relação com (e em permanente orientação para) o mundo e os outros. Considerando a narrativa um espaço de construção na relação com o outro e de reformulação de múltiplos sentidos possíveis no devir da trajetória do sujeito, pensamos reter o que de essencial a noção apresenta sem cairmos no risco de simplificação do conceito ou de reificação da noção de narrativa, equiparando-a a algum dos constructos tradicionais na psicologia (como os de esquema cognitivo, script, etc.).

(7) Outra das vantagens da noção de organização narrativa é o facto dela permitir lidar com a flexibilidade, a complexidade, as ambiguidades e contradições que caracterizam a vivência humana. Aliás, a narrativa não constrói apenas um sentido, permite a produção de sentidos múltiplos para as experiências, para a existência, para as acções.

(8) Aliás, já em 1929 Politzer considerava que o estudo da "dramática existencial", através de metodologias narrativas e biográficas deveria ser o verdadeiro objecto da psicologia...

(9) Não vamos analisar aqui aquela que vem sendo uma questão crescentemente problematizada - identidade e personalidade, conceitos a eliminar ou reconceptualizar? -, embora a consideremos também fundamental. Ela ultrapassa, contudo, os objectivos do presente texto, pelo que continuaremos a falar de personalidade e de identidade, embora numa postura não objectivista nem essencialista, não positivista, que tivemos oportunidade de esclarecer oportunamente (Manita, 1998).

(10) Dado que no texto anterior (Manita, 2000) procedemos à caracterização da TSA e dos sistemas constitutivos do sujeito psicológico de acordo com esta teoria, não iremos repetir aqui essa informação. Remetemos os mais interessados para a leitura de Agra (1986, 1990, 1991, 1997) e Manita (1997, 1998, 2000).

(11) Como referimos já anteriormente (Manita, 2000), estes casos traduzem apenas "uma das realidades" do uso de drogas e não todas as situações, padrões e trajetórias de consumos dos diferentes actores do mundo da droga.

(12) Recordemos que a noção de auto-organização, como Ashby (cit. in Atlan, 1979) cedo demonstrou, é uma aporia lógica. Ou seja, a auto-organização nunca poderá ser total; ela é sempre a resultante das interacções com o ambiente, sendo o jogo das perturbações aleatórias do meio sobre os mecanismos de auto-organização do sistema o que dá origem a novas formas e propriedades emergentes desse mesmo sistema. Nada é totalmente auto- ou hetero-organizado, tal como nada é totalmente auto- ou hetero-determinado; cada sujeito é hetero-auto-organizado, hetero-auto-determinado, em diversos sentidos e de formas variadas (Agra, 1997; Atlan, 1979). Daí que, referirmo-nos a sujeitos ou acções auto- ou hetero-determinados será apenas uma facilidade de expressão que indicia o ponto de um *continuum* entre um máximo de hetero e um máximo de auto-determinação em que o sujeito ou a acção por ele praticada se situa mais fortemente.

(13) Recordemos que são quatro as posições propostas pelo autor (Agra,

1990): *substantiva* (de fatalismo etológico, fortemente determinada pelas dimensões biológicas e psicobiológicas), *solidária* (determinada ainda, em parte, por factores biológicos mas contrariados já pela normatividade social ou socio-jurídica. Esta é uma normatividade resultante de pressão ou determinismo social e que governa, em harmonia ou contradição, a vida do indivíduo), *solitária* (assente num saber e numa lógica individual e auto-determinada do acto; aqui as significações existenciais emanam do próprio sujeito, resultam da sua autopóiese; o sistema do sujeito é governado pela própria lógica do sistema. O sujeito opera uma "redução fenomenológica" em relação às determinações, toma consciência e distância crítica em relação às suas determinações), e *projectiva* (verdadeiro momento de integração biopsicossocial e de projecção - significante, finalizada, teleológica - de si no mundo. Destrói a ilusão da individualidade - o sujeito existe num sistema para além de si que o ultrapassa e integra) (Manita, 1998, 2000).

(14) À luz da TSA, esta intervenção estará basicamente orientada para a redução dos componentes de significação e de determinação mais elementaristas, mais rígidos, menos complexos e para o reforço dos mais elaborados, flexíveis e complexos.

(15) Todos os exemplos aqui apresentados foram construídos a partir dos relatos dos próprios sujeitos entrevistados para o nosso estudo.

(16) Aliás, estamos a iniciar neste momento um estudo de tipo qualitativo sobre a forma como os diferentes consumos de diferentes tipos de substâncias são regulados por alguns dos actores da delinquência, no sentido de facilitar ou melhorar a prática de certos crimes: p.e., o consumo de álcool para facilitar uma dada ofensa corporal, "um cheiro" de cocaína para estimular um assalto a residência, alguns *drumfós* para facilitar "a postura e o paleio do burlão", segundo os próprios actores do crime.

(17) De acordo com os resultados dos estudos é necessário estar atento a, pelo menos, quatro dimensões: o ponto da trajetória em que o indivíduo se encontra; qual o tipo de trajetória em desenvolvimento; sentidos e significações que o consumo assume para o indivíduo; relações (ou não-relações) entre o consumo de drogas e a criminalidade. A partir daqui poderão definir-se estratégias de intervenção ao nível dos actos, dos afectos, das cognições, das relações ao outro e ao mundo, das relações com as normas e a ética, que o mesmo é dizer ao nível do afecto, do saber, do poder e da ética, retomando os 4 eixos amplamente analisados e trabalhados por M. Foucault e C. da Agra.

(18) Veja-se, a título ilustrativo, a divergência entre aquilo que estudos recentes desenvolvidos em Portugal (por autores como Luís Fernandes, Maria Carvalho ou Miguel Chaves) revelam ser o sentido e as significações associadas ao uso das "novas drogas"/"ecstasy", os contextos específicos desses usos e as modalidades de integração musical, ideológica ou simplesmente lúdica desses consumos e "campanhas preventivas" como a que há pouco mais de 1 ano passou insistentemente na televisão portuguesa procurando jogar com a imagem da marioneta como elemento dissuasor do consumo dessas drogas. Ora, se todos os estudos são unânimes em revelar que este novo "perfil de consumidor" não se identifica minimamente com a ideia de manipulação, de ser um brinquedo nas mãos de quem quer que seja que não nas suas próprias, o que existirá de preventivo em campanhas como estas? Quanto mais tempo passará até que os seus responsáveis se preocupem em conhecer os diferentes tipos de consumidores e de trajetórias de consumo e, sobretudo, os diferentes tipos de significados de que estes consumos se revestem, antes de desenhar campanhas ditas de prevenção que poderão estar a gerar os bem conhecidos efeitos iatrogénicos?! O mesmo se poderia dizer acerca de algumas das propostas ao nível da redução dos danos e da reinserção social. Como o presente texto se dirige apenas à questão da psicoterapia, não aprofundaremos esta questão.

(19) No nosso país, vejam-se os estudos e a intervenção - com toxicodependentes, com vítimas de crimes e com agressores - desenvolvidos pelo CCCD e pelo GEAV da FPCEUP - por exemplo, os trabalhos da

própria autora e os de J. Marques Teixeira; assim como os estudos e a intervenção realizados no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, uns orientados para a definição de narrativas protótipo de toxicodependentes e outros orientados para a violência doméstica e outras formas de vitimização - por exemplo, os trabalhos de C. Machado e M. Matos, entre outros.

(20) Mais que um instrumento ou técnica, o *biograma* é um método para a análise de trajetórias de vida individuais - através do aprofundamento de uma dada história de vida e seus factores e processos - e/ou para a definição de "trajetórias tipo" - evidenciando as regularidades próprias de grupos de sujeitos que partilham características comuns (p.e., trajetórias criminais ou de consumo de drogas, *trajetórias de droga-crime*), permitindo a produção de conhecimentos, mas também a intervenção psicológica em diferentes domínios.

(21) Actualmente está a ser utilizado o *biograma* e estão a ser implementados estudos sobre a sua eficácia e potencialidades em áreas tão variadas como as da delinquência juvenil, prostituição, vítimas de crimes, agressores e toxicodependentes. Está em curso ainda, em colaboração com psicólogos de outros países, uma experiência de aplicação do *biograma* a famílias, em vez de apenas a indivíduos. Esperamos poder dar conta dos resultados destes estudos dentro de alguns meses.

(22) Iremos referir-nos aqui ao *biograma* tal como vem sendo aplicado, por nós e por outros terapeutas de diferentes instituições, em contexto clínico, uma versão que apresenta já algumas diferenças em relação à proposta inicial de Agra e Matos (1997). Desde logo, não se trata de uma biografia reconstruída a partir da conjugação de dados hetero e auto-biográficos, mas apenas de dados auto-biográficos fornecidos directamente pelo sujeito. As restantes diferenças irão sendo assinaladas à medida que descrevermos o procedimento utilizado.

(23) Um dos exemplos possíveis de matriz gráfica do *biograma* pode ser encontrada em Agra e Matos, 1997; outra versão pode ser encontrada no Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas do CCCD da FPCEUP.

(24) Em alguns casos pode ser o próprio sujeito a preencher a grelha gráfica do *biograma*, em vez de ser o terapeuta a fazê-lo.

(25) Mais fáceis de identificar e indicar no *biograma* do que de definir neste texto, os pontos de bifurcação ou pontos críticos que levam os indivíduos a demarcar esses ciclos ou fases são essencialmente aqueles eventos ou experiências que tiveram (ou têm) importantes consequências no devir da trajetória individual; são experiências particulares, vivências, acontecimentos, actos, que o indivíduo considera mais relevantes ou que tiveram maior impacto no desenrolar da sua vida naquele momento.

(26) Face aos mecanismos de rigidificação, de perda de autonomia e de clivagem tão frequentes nos toxicodependentes, o facto do *biograma* tornar evidentes a ligação e a integração entre diferentes domínios de vida, constituindo ciclos de variação na continuidade, e permitindo fazer a sua projecção no futuro, torna-o, a nosso ver um instrumento de elevado potencial para esta área.

(27) Uma experiência que está a ser levada a cabo no Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas do CCCD da FPCEUP consiste em elaborar um *biograma* e respectiva narrativa no início e no final do processo e avaliar as transformações (ou não transformações) emergentes (e sua relação com a intervenção realizada).

(28) A aplicação do *biograma* pode obviamente integrar-se no contexto do modelo de intervenção multimodal desenvolvido à luz da teoria do sujeito autopoietico, do qual, como referimos já, não teremos possibilidade de falar de forma mais desenvolvida neste texto.

(29) Não esquecer que, como tão bem afirma Kierkegaard, apenas compreendemos o que já ficou para trás, ao passo que vivemos o que está para a frente.

(30) Evita-se também o risco, tão frequente nas abordagens comportamentais-cognitivas, de nos centrarmos excessivamente nos comportamentos, seus antecedentes e consequentes, perdendo a dimensão do simbólico e do sentido.

Referências Bibliográficas

Agra, C. (1986). "Adolescência, comportamento desviante e auto-organizado: modelo de psicologia epistemanalítica". *Cadernos de Consulta Psicológica*, 2, 81-87.

Agra, C. (1990). "Sujet autopoietique et transgression". In *Acteur Social et Délinquance - Homage à Ch. Debuyst*. Bruxelles: Pierre Mardaga.

Agra, C. (1991). "Sujet autopoietique et toxicodépendance". Comunicação apresentada no "Centre International de Criminologie Comparée". Canadá: Universidade de Montréal.

Agra, C. (1997). *A experiência portuguesa: plano de estudos e resultados*. In C. da Agra (Dir.), *Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares*, vol. 1. Lisboa: GPCCD.

Agra, C. e Matos, P. (1997). *Trajecórias desviantes*. In C. da Agra (Dir.), *Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares*, vol. 11. Lisboa: GPCCD.

Atlan, H. (1979). *Entre le cristal et la fumée*. Paris: Seuil.

Berg, I.K. & Reuss, N. H. (1998). *Solutions step by step. A substance abuse treatment manual*. New York: Norton.

Blumer, H. (1969). *Symbolic Interactionism. Perspective and Method*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bruner, J. (1990). *Acts of meaning*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Debuyst, Ch. (1990). "Présentation et justification du thème". In *Acteur Social et Délinquance - Homage à Ch. Debuyst*. Bruxelles: Pierre Mardaga.

Digneffe, F. (1990). "Le concept d'acteur social et les sens de son utilisation dans les théories criminologiques". In *Acteur Social et Délinquance - Homage à Ch. Debuyst*. Bruxelles: Pierre Mardaga.

Freeman, J. & Combs, G. (1996). *Narrative therapy: the social construction of preferred realities*. New York: Norton.

Freeman, J., Epston, D. & Lobovits, D. (1997). *Playful approaches to serious problems. Narrative therapy with children and their families*. New York: Norton.

Gergen, K. (1994). *Realities and relationships. Soundings in social construction*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Gergen, K. & Gergen, M. (1986). "Narrative form and the construction of psychological science". In T. R. Sarbin (Ed.), *Narrative Psychology. The storied nature of human conduct*. New York: Praeger.

- Gergen, K. & Gergen, M. (1988). "Narrative and self as relationship". In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*, 21. San Diego: Academic Press.
- Gonçalves, M. e Gonçalves, O. (1999). "Personalidade e construcionismo social: dos traços às narrativas". *Psychologica*, 22, 123-133.
- Gonçalves, M. e Henriques, M.R. (2000). *Terapia narrativa da ansiedade*. Coimbra: Quarteto.
- Harré, R. (1995). "Discursive psychology". In J.A. Smith, R. Harré & L.V. Langenhove (Eds.), *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Hermans, H.J. & Hermans-Jansen, E. (1995). *Self-narratives: the construction of meaning in psychotherapy*. New York: Guilford.
- Manita Santos, C. (1996). "Y-a-t-il une "personalité criminelle"? Une étude d'évaluation dans le domaine de la criminalité". *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 1, 105-113.
- Manita, C. (1997). *Personalidade e acção em consumidores de drogas e delinquentes*. In C. da Agra (Dir.), *Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares*, vol. 8. Lisboa: GPCCD
- Manita, C. (1998). *Auto-organização psicológica e transgressão. Análise empírico-crítica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas*. Dissertação de doutoramento não publicada. FPCEUP, Porto: Portugal.
- Manita, C. (2000). "Das descobertas privadas aos crimes públicos: evolução dos significados em trajectórias de droga-crime". *Toxicodependências*, 6 (2), 17-31.
- Manita, C.; Negreiros, J. e Agra, C. (1997). *Planos de vida, droga e crime*. In C. da Agra (Dir.), *Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares*, vol. 9 (Planos existenciais, droga e crime). Lisboa: GPCCD
- Maturana, H. & Varela, F. (1980). *Autopoiesis and cognition: the realization of the living*. Boston, MA: Reidel.
- Maturana, H. & Varela, F. (1987). *The tree of knowledge*. Boston: New Science.
- Mitchell, W.J. (Ed., 1981). *On narrative*. Chicago: University of Chicago Press.
- Neimeyer, R. (2000). "Narrative disruptions and the construction of the self". In R. Neimeyer & J. Raskin (Eds.), *Constructions of disorder*. Washington, DC: APA Press.
- Politzer, G. (1929/1973). *Crítica dos fundamentos da Psicologia*. Lisboa: Ed. Presença.
- Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative knowing and the human sciences*. Albany, NY: State of New York University Press.
- Sarbin, T. (1986a). "The narrative and the root metaphor for psychology". In T. Sarbin (Ed.), *Narrative Psychology*. The storied nature of human conduct. New York: Praeger.
- Sarbin, T. (Ed., 1986b). *Narrative Psychology. The storied nature of human conduct*. New York: Praeger.
- Shotter, J. (1995). "Dialogical Psychology". In J.A. Smith, R. Harré & L.V. Langenhove (Eds.), *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Touraine, A. (1984). *Le retour de l'acteur. Essai de sociologie*. Paris: Fayard.
- White, M. & Epston, D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. New York: Norton.

Bibliografia Consultada

Guidano, V. F. (1991). *The self in process: toward a post-rationalist cognitive therapy*. New York: Guilford.

Harré, R. & Gillet, G. (1994). *The discursive mind*. London: Sage.

Lakoff, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press.

McLeod, J. (1997). *Narrative and psychotherapy*. London: Sage.

Neimeyer, R. & Raskin, J. (Eds., 2000). *Constructions of disorder*. Washington, DC: APA Press.

Polkinghorne, D.E. (1992). "Postmodern epistemology of practice". In S. Kvale (Ed.), *Psychology and Post-modernism*. London: Sage.

Shotter, J. (1993). *Conversational realities. Constructing life through language*. London: Sage.

Varela, F. (1984). The creative circle: sketches on the natural history of circularity. In P. Watzlawick (Ed.), *The invented reality*. New York: Norton.